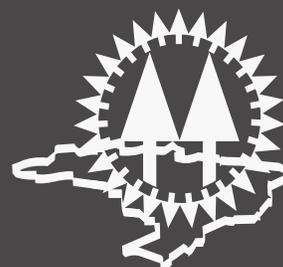


PLANO  
**BRASIL  
SEM  
MISÉRIA**



**UNICAFES**  
União Nacional das Cooperativas da  
Agricultura Familiar e Economia Solidária



# Plano Brasil Sem Pobreza é lançado oficialmente para Governo e sociedade

O Governo Federal lançou hoje, durante cerimônia para mais de mil convidados, o Plano Brasil Sem Pobreza. O alvoroço era grande. No térreo do palácio muitas pessoas se amontoavam para entrar e no saguão onde ocorreu o evento era maior ainda a quantidade de pessoas que esperavam a presidenta chegar para dar início ao ato. Assim como não fomos ouvidos na construção deste plano, também não éramos muitos ali prestigiando a pompa do anúncio do Programa. Posso estar enganado quanto a minha contagem, a menos que nossos movimentos sociais estejam embutidos em ternos e vestidos de gala, caso contrário estarei correto.

Ministros, parlamentares: todos estampavam os sorrisos orgulhosos do pai que vê o filho nascer. Era próximo ao meio-dia e se daria início ao grande evento. Figuras conhecidas e tradicionais da política nacional se empoleiravam

para conseguir o melhor local a vista de todos e da presidenta. Sérgio Cabral (PMDB), governador do Rio de Janeiro; Jaques Wagner (PT), governador da Bahia; Agnelo Queiros (PT), governador do Distrito Federal; senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) foram alguns do que avistei e que reconheci, além de outros companheiros parlamentares da luta do cooperativismo solidário que também participaram.

Assessores de parlamentares e ministros, funcionários públicos envolvidos no programa, empresários: todos engrossavam a massa que testemunharia o grande empuxo do Governo Dilma. Em poucos minutos a plataforma de campanha da presidenta estaria lançada. A voz surge pelas caixas de som espalhadas pelo saguão e anuncia: acompanhada pelos ministros Antônio Palocci (Casa Civil) e Te-reza Campello (Desenvolvimento

Social e Combate a Fome); do presidente do Senado e da Câmara, José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maia (PT-RS), respectivamente e do vice-presidente, Michel Temer (PMDB-SP) a presidenta descia a rampa que dava acesso ao palco.

Um vídeo institucional da campanha é executado a todos os presentes. Dois atores contracenam ora no sertão nordestino ora em uma periferia urbana. Ambos vão dando informações e números quanto à miséria do Brasil e às metas que o governo pretende alcançar. Após essa apresentação a ministra Campello sobe a tribuna e inicia a apresentação, de fato, daquele que deverá ser o maior programa social já ocorrido no Brasil. Após cinco meses o governo apresentava à população, ou melhor, ao próprio governo e ao empresariado, as propostas que tem para a erradicação da pobreza.

“O Plano é o resultado de um

trabalho conjunto de todos os ministérios”, iniciava a ministra já justificando os esforços. “É um plano complexo e de difícil execução, mas que com certeza conseguiremos”, novamente justificava e falava do quanto trabalho há no porvir. “Construímos um plano nacional, mas com as características regionais respeitadas. Um plano com políticas universais, mas, também, com especificidades”. De acordo com a apresentação da ministra há hoje no País cerca de 16 milhões de pessoas vivendo, ainda, na pobreza extrema. São milhões de família que sobrevivem com menos de R\$ 70 por pessoas mensalmente. A maioria dessa população é negra, cerca de 40% são menos de 14 anos, quase 60% estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste: a pobreza do Brasil tem cara e tem endereço.

As ações, resumidamente, serão focadas no fortalecimento e expansão de políticas públicas sociais já existentes: como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos, Mais Alimentos, Planseq, Luz para todos, dentro outros. A estratégia é ampliar estes programas e fazer com que esses milhões de brasileiros tenham acesso a renda e a dignidade. As ações se dividirão entre campo e cidade, cada qual com suas características. Algumas das novidades ficaram por conta da Bolsa Verde, mais um programa de transferência de renda, que beneficiará famílias que protegem o meio ambiente e vivem em áreas de conservação e reservas, o benefício será de R\$ 300 por família trimestralmente. A assistência técnica rural também ganhou destaque, sendo apresentados grandes números que o governo

pretende acompanhar para incluir milhares de famílias no circuito da produção e da comercialização.

O acesso à água para o consumo e a produção é outra ação do Plano. Está prevista a construção de novas cisternas para o plantio e criação de animais, podendo atender 600 mil famílias rurais até 2013. Também haverá um “kit irrigação” para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos. No caso da água para o consumo, a proposta é construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio. O programa será semelhante ao Luz para Todos, só que aqui levando água a todos.

Após a ministra, uma empreendedora solidária, Marise Rodrigues, de uma cooperativa de costureiras de Osasco, SP, contou um pouco de sua história ao buscar qualificação por meio do programa Bolsa Família e contou a situação de renda em que esteve e que está hoje. Para contentamento de todos: um bom exemplo do que pode ser o resultado macro de todo o Plano.

Por fim, a presidenta deixou por sua conta as palavras finais. Iniciando seu discurso, Dilma disse que Lula foi o único governante que enxergou os pobres como “seres capazes de construir sua própria riqueza, sua dignidade” e que a pobreza no Brasil nunca foi vista com a atenção que merece. “Foram precisos mais de quatro séculos para que o combate à pobreza se convertesse de fato em política prioritária de governo. Os nossos pobres já foram acusados de tudo, inclusive de serem responsáveis pela sua própria pobreza”, afirmou Dilma.

“Já disseram que, se nós déssemos o Bolsa Família, eles [os mais pobres] se conformariam com a pobreza. Já

disseram, de forma absurda, que as causas da pobreza eram o clima tropical, o nosso sol, e a miscigenação. Já disseram, e em parte tinham razão, que se a gente fosse olhar a raiz, uma das causas de nossa pobreza era a escravidão. Mas a escravidão passou há muito tempo e a falta de vontade política ultrapassou a escravidão”, disse a presidenta.

A presidenta também ressaltou que desta vez será o Estado que irá em busca desses pobres e não eles que virão até os serviços do Estado, por meio da Busca Ativa, como foi chamada pelo programa a ação. E por fim, conclamou aos estados e municípios a também se empenharem nessa tarefa.

### **Cenário da Miséria**

Segundo o Plano, cerca de 16 milhões de pessoas vivem em situação de miséria, o que corresponde a 8,5% da população nacional. Os cidadãos negros e pardos são a maioria e os estados do Maranhão, Piauí e Alagoas são os que possuem os maiores percentuais de pessoas em situação de extrema pobreza. O Nordeste é a região que concentra o maior número de extremamente pobres, com quase 60%, ou seja, 9,61 milhões de pessoas. Na seqüência vem o Sudeste, com 2,7 milhões, o Norte, com 2,65 milhões, o Sul, com 715 mil, e o Centro-Oeste, com 557 mil pessoas.

Entre os extremamente pobres, 46,7% vivem no campo, enquanto os 53,3% restantes vivem na cidade. Na comparação entre os sexos, a miséria atinge homens e mulheres quase que da mesma forma: 50,5% dos miseráveis são mulheres e 49,5% são homens. Na área urbana, porém, a concentração de mulheres em tal situação é maior, enquanto no campo, são os homens a maioria. De acordo com os dados apresentados pela ministra, 1 a cada quatro moradores do campo é miserável.



# Erradiação da pobreza se cruza entre Unicafes e Governo Federal

Desde o início do ano a Unicafes deu início a elaboração de um documento que pudesse contribuir com as políticas lançadas ontem pelo Governo Federal com relação à erradicação da miséria. Com mais de 30 páginas, o documento contempla a experiência da Unicafes e de suas cooperativas nos últimos anos, como agentes ativos de inclusão de renda e melhorias na qualidade de vida de milhares de famílias espalhadas por todo o País, tanto no campo quanto na cidade.

O documento elenca diversos apontamentos focados naquelas que são os gargalos para que nossa atuação possa se ampliar e, assim, incluir ainda mais pessoas nesse processo de evolução econômica e social que é o cooperativismo solidário. Foram várias semanas de discussão até que se chegasse a um documento final que nos últimos meses foi entregue a diversos ministérios, como o MDS (Desenvolvimento Social e Combate À Fome), MDA (Desenvolvimento Agrário), MPA (Pes-

ca e Aquicultura), dentre outros.

Juntamente com a Pauta do Cooperativismo Solidário 2011 esse documento foi levado ao Governo com o intuito de contribuir na construção do Plano Brasil Sem Pobreza. O movimento da economia solidária, do qual a Unicafes faz parte, foi um dos que mais brigou para ser ouvido pelo governo na construção de políticas que também agregassem a experiência de empreendimentos solidários. Nos últimos dias a presidenta Dilma se sentou com alguns segmentos da sociedade civil para apresentar e ouvir propostas. O movimento sindical, reunindo as cinco maiores centrais do País, e, posteriormente, o empresariado, representados pela CNA, CNC e CNI, as confederação nacionais da Agricultura, Comércio e Indústria, respectivamente. Os outros movimentos sociais ficaram à margem dessa consulta.

O plano lançado com muita pompa ontem, no Palácio do Planalto, contemplou diversas áreas de atuação. Em sua grande parte,

apenas ampliará políticas já existentes como o Pronaf, Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, PAA e programas de qualificação. Poucas foram as novidades apresentadas. Em nenhum momento afirmo que o plano é ruim: o aumento da transferência direta de renda, programas de inclusão e a busca ativa que o Estado fará para ajudar esses mais pobres são essenciais. Entretanto, poderia ter ampliado a participação dos movimentos sociais para construirmos, conjuntamente, um plano mais amplo.

## Documento da Unicafes

Em linhas gerais, vários itens de nosso documento foram contemplados pelo Plano do governo: Ater, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), sementes, fomento à comercialização e produção. Outros itens, reivindicados em nosso documento ficaram de fora. Vou citar abaixo alguns dos principais itens: educação no campo, redistribuição fundiária, políticas

voltadas à gênero e geração, marco legal do cooperativismo e leis específicas ligadas à agricultura familiar e economia solidária, biodiversidade, aprimoramento das leis sanitárias, agroindústrias e acesso à terra. São alguns exemplos. Segundo a ministra Tereza Campello (MDS), o programa será acrescido a todo o momento e muitas das políticas que citei não estavam no resumo do programa, é possível que em breve haja um

novo documento detalhado sobre todas as ações, onde muitas dessas reivindicações poderão estar presentes. Todos esses itens, dentro de suas descrições, tendem a serem instrumentos que facilitarão o avanço do cooperativismo solidário e do associativismo.

Todas essas estratégias, levantadas pela Unicafes, não são ações pontuais de resultado imediato. Entretanto, são um caminho que levaria a uma construção mais só-

lida de desenvolvimento econômico e social. São metas e lutas que continuaremos empunhando para levar adiante nossa proposta de sociedade solidária, com dignidade no campo e na cidade. A proposta do governo vem a se juntar a nossas metas e contribuir, também. Esperamos que nos próximos anos possamos pautar ainda mais o governo e contribuir com essas políticas que levarão o nosso País ser um país sem miséria.

# Brasil sem miséria no campo

## CONFIRA DETALHES DO PLANO BRASIL SEM POBREZA

### INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL



No campo, onde se encontra 47% do público do plano, a prioridade é aumentar a produção do agricultor através de orientação e assistência técnica, oferta de fomento, sementes e água.

## Assistência técnica

Atuação direta junto às famílias, com acompanhamento continuado e individualizado, por equipes profissionais contratadas prioritariamente na região pelo Governo Federal. Cada grupo de mil famílias contará com um técnico de nível superior e dez técnicos de nível médio. Adoção de tecnologias apropriadas a cada família em parceria com universidades e Embrapa.

## Fomento

Cada família receberá um fomento a fundo perdido de R\$ 2.400, pagos em parcelas durante dois anos. Até 2014 serão atendidas 250 mil famílias. Esses recursos permitirão que o agricultor pobre compre insumos e equipamentos.

## Sementes

Oferta de sementes de qualidade da Embrapa.

## Água para Todos

Implantar soluções que garantam o acesso à água para toda a população extremamente pobre.

- 1ª Água: atendimento de 750 mil famílias rurais com a construção de cisternas e sistemas simplificados coletivos para consumo humano;
- 2ª Água: atendimento de 600 mil famílias rurais com água para produção;
- Irrigação para pequenas propriedades.

## Acesso aos Mercados

Apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar, combinando compras institucionais e mercado privado.

## Mercados públicos e institucionais

Ampliar o PAA, de 156 mil para 445 mil famílias de agricultores familiares, até 2014. De 66 mil famílias extremamente pobres, para 255 mil. Ampliar compras de instituições públicas e filantrópicas - hospitais federais, universidades, presídios e creches.

## Mercados privados

Aquisição de produtos da agricultura familiar pela rede privada: supermercados, empresas e restaurantes.

## Bolsa Verde

Transferência de recursos financeiros a famílias do programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza para a conservação de ativos ambientais. Pagamento trimestral de R\$ 300,00. Público elegível:

- Famílias em situação de pobreza extrema que vivam ou trabalhem em:
- Florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável federais;
  - Projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados.

# Luz para Todos

Atendimento a 257 mil famílias extremamente pobres.

## Assalariados Rurais

- Fomentar acordos tripartites (Estado, trabalhadores rurais e empregadores) nas cadeias produtivas que empregam mais mão-de-obra no meio rural, garantindo a melhoria das condições de trabalho, o estímulo à formalização, ampliação da qualificação profissional e dos níveis de escolaridade.
- Fiscalização das condições de trabalho.

## Economia Popular e Solidária

Apoio à formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, de atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda.

## Qualificação Sócio-profissional

- Oferta de mais de 200 tipos de cursos por meio das escolas técnicas, pelo Sistema S e outras redes. Os cursos são certificados, gratuitos e o aluno recebe material pedagógico, lanche e transporte.
- Cursos sintonizados com a vocação econômica de cada região.

## Ampliação do Acesso a Serviços Públicos

Ampliação da oferta de serviços públicos nas áreas prioritárias do Mapa da Pobreza, como Saúde da Família, Brasil Sorridente, Olhar Brasil, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, Rede Cegonha, entre outros.

